

DECRETO Nº 21.019, DE 4 DE MAIO DE 2021.

Altera o art. 4º, a Seção XI, o art. 61, inclui os incs. III e IV no § 1º do art. 5º, os incs. IX e X e o parágrafo único do art. 8º, o art. 61-A, a Seção XVI e o art. 77-A no Decreto nº 19.612, de 26 de dezembro de 2016, que estabelece o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município (PGM) e altera o art. 2º os incs. III a XV e incluídos os inc. XVI e XVII do Decreto nº 20.110, de 19 de novembro de 2018, que estabelece a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município (PGM).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso II e IV, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º do Decreto nº 19.612, de 26 de dezembro de 2016, conforme segue:

“Art. 4º A PGM, organizada de acordo com a Lei Complementar nº 701, de 2012, possui a respectiva estrutura organizacional prevista no Decreto nº 20.110, de 19 de novembro de 2018.” (NR)

Art. 2º Fica incluído os incs. III e IV no § 1º do art. 5º do Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Art. 5º.....

.....

§ 1º.....

.....

III – a Assessoria para Assuntos Especiais e Institucionais Legislativos (ASSEAEI-LEGIS);

IV – a Procuradoria de Relações Institucionais e Controle (PRIC).

.....” (NR)

Art. 3º Ficam alterados os incs. IX e X e o parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Art. 8º.....

.....

IX – a Procuradoria de Relações Institucionais e Controle (PRIC);

X – a Coordenação das Procuradorias Setoriais e Especializadas Autárquicas – (CPSEAS).

Parágrafo único. A Coordenação das Procuradorias Setoriais e Especializadas Autárquicas (CPSEA), UT de direção, subordinada ao Procurador-Geral, é composta pelas:

I – Procuradorias Municipais Setoriais; e

II – Procuradorias Municipais Especializadas Autárquicas.”

Art. 4º Fica alterada a Seção XI do Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Seção XI

Das Assessorias para Assuntos Especiais e Institucionais” (NR)

Art. 5º Fica alterado o art. 61 do Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Art. 61. À Assessoria para Assuntos Especiais e Institucionais (ASSEAEI), UT de assessoramento, subordinada ao Procurador-Geral, compete:

I – elaborar ou prestar informações em ações constitucionais relativas a Leis, Decretos e demais atos administrativos, a requerimento da autoridade competente;

II – assistir no controle da legalidade dos atos do Poder Executivo;

III – atuar na defesa judicial dos interesses do Município e de suas autarquias nos processos de interesse estratégico; e

IV – responder consultas e emitir as competentes manifestações técnicas em processos administrativos.”

Art. 6º Fica incluído o art. 61-A do Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Art. 61-A À Assessoria para Assuntos Especiais e Institucionais Legislativos (ASSEAEI-LEGIS), UT de assessoramento, subordinada ao Procurador-Geral, compete:

I – assessorar o Gabinete do Prefeito (GP) e do Vice-Prefeito (GVP) em questões referentes ao processo legislativo;

II – examinar minutas de decreto e projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo para encaminhamento à Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA);

III – analisar projetos de lei do Poder Legislativo, manifestando-se tecnicamente pela sanção ou veto do Prefeito; e

IV – responder consultas e emitir as competentes manifestações técnicas em processos administrativos.”

Art. 7º Fica incluída a Seção XVI – Da Procuradoria de Relações Institucionais e Controle (PRIC), no Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Seção XVI
Da Procuradoria de Relações Institucionais e Controle”

Art. 8º Fica incluído o art. 77-A na Seção XVI do Decreto nº 19.612, de 2016, conforme segue:

“Art. 77-A À Procuradoria de Relações Institucionais e Controle (PRIC), UT de assessoramento, subordinada ao Procurador-Geral, compete:

I – na área de atividades de Requisições de Informações Comunitárias (RICs):

a) controlar e gerenciar a tramitação das RICs oriundas dos Ministérios Públicos Estadual (MPE), do Trabalho (MPT), Federal (MPF) ou de Contas (MPC/TCE);

b) estabelecer rotinas e procedimentos necessários às respostas RICS previstas na al. *a* deste inciso;

c) receber, coordenar o trâmite interno e o encaminhamento de resposta final aos Ministérios Públicos em todos os processos referidos na al. *a* deste inciso;

II – na área de atividades relativas aos expedientes que tramitam no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Contas da União:

a) atuar na defesa do Município, dos seus gestores e dos ex-gestores, nos termos do art. 3º, inc. III e § 2º c/c com o art. 4º, inc. V, ambos da Lei Municipal nº 7.433, de 06 de

junho de 1994, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e ao Tribunal de Contas da União;

b) exercer especificamente as atribuições que lhe forem cometidas pelo Procurador-Geral do Município;

c) elaborar as manifestações técnicas e acompanhar os processos de competência do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas da União;

d) a critério técnico do Procurador-Chefe ou por solicitação do Procurador-Geral, comparecer às sessões de julgamento, realizar sustentação oral, pedidos de preferência e apresentar memoriais;

e) exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. Não se inclui na competência da Procuradoria de Relações Institucionais e Controle (PRIC/PGM) a elaboração de respostas às requisições de documentos e informações formuladas pelos Serviços de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ou do Tribunal de Contas da União.”

Art. 9º Ficam alterados os incs. III a XV e incluídos os inc. XVI e XVII no art. 2º do Decreto nº 20.110, de 19 de novembro de 2018, conforme segue:

“Art. 2º
.....

III – Assessoria para Assuntos Especiais e Institucionais Legislativos (ASSEAEI-
LEGIS);

IV – Assessoria Distrito Federal (ASSEDF);

V – Procuradoria de Relações Institucionais e Controle (PRIC)

VI – Centro de Estudos de Direito Municipal (CEDIM);

VII – Coordenação Administrativo-Financeira (CAF);

VIII – Assessoria de Comunicação (ASSECOM);

IX – Conselho Superior da Procuradoria (COSUP);

X – Comissão Permanente de Inquérito (CPI);

XI – Corregedoria-Geral (CG);

XII – Central de Conciliação (CC);

XIII – Procuradoria de Acompanhamento em Processo Eletrônico (PAPE);

XIV – Procuradoria-Geral Adjunta de Assuntos Fiscais (PGAAF);

XV – Procuradoria-Geral Adjunta de Domínio Público, Urbanismo e Meio Ambiente (PGADPUMA);

XVI – Procuradoria-Geral Adjunta de Pessoal, Contratos e Serviços Públicos (PGAPCSP);

XVII – Coordenação das Procuradorias Setoriais e das Especializadas Autárquicas (CPSEA).” (NR)

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 4 de maio de 2021.

Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Roberto Silva da Rocha,
Procurador-Geral do Município.